

## **Imprensa e Guerra: uma análise acerca da atividade periódica do Jornal do Amazonas, Diário do Grão-Pará e Jornal do Pará durante a Guerra contra o Paraguai**

*Press and War: an analysis of the periodic activity of Jornal do Amazonas, Diário do Grão-Pará and Jornal do Pará during the Paraguai War*

Jonas de Luca Trindade da Silva<sup>1</sup>, UFF

### **Resumo**

Este artigo analisa a atividade periódica de três jornais de grande circulação na Província do Pará durante o curso da Guerra contra o Paraguai. Apesar de ter se dado na região de fronteira do sul do Império, o conflito platino gerou reflexos ao longo de todo o território nacional. Com isso, em diversas províncias do Brasil um amplo esforço militar fora demandado e para este ter sucesso diversos setores da sociedade foram acionados. Dentre esses setores estavam os jornais, os quais trabalharam diariamente divulgando notícias dos campos de batalhas, informando a população acerca das mobilizações no Brasil ou mesmo denunciando arbitrariedades de autoridades no que toca o recrutamento. No Pará, três jornais de ampla circulação tiveram participação efetiva no contexto e trabalharam ora junto ao governo na campanha de mobilização para a guerra, ora contra.

**Palavras-Chave:** Guerra contra o Paraguai; Imprensa; Província do Pará.

### **Abstract**

This article analysis the periodic activity of three newspapers with wide circulation in the Province of Pará during the course of the Paraguai War. Although it took place in the border region of southern Brazil, the Platine conflict generated repercussions throughout the entire national territory. As a result, in several provinces of the Empire, a broad military effort was demanded and for this to be successful, different sectors of society were called upon. Among these sectors were the newspapers, which worked daily disseminating news from the battlefields, informing the population about the mobilizations in Brazil or even denouncing arbitrary acts regarding recruitment. In Pará, three newspapers with wide circulation had an effective participation in the context and worked either with the government in the mobilization campaign for the war, or against it.

**Keywords:** Paraguai War; Press; Province of Pará.

### **Introdução**

Tidos como objeto, e ao mesmo tempo, personagens de análises historiográficas, os periódicos de jornais têm se constituído enquanto espaço privilegiado para se compreender diversas dinâmicas da sociedade. Surgidos no Brasil no início do século XIX, ao longo das décadas que se seguiram, a atividade jornalística ganhou impulso, os meios de impressão se

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: [jluca@id.uff.br](mailto:jluca@id.uff.br).

modernizaram e a atividade periódica se tornou cada vez mais intensa e sofisticada. (LUCA; MARTINS, 2012, p. 8).

Durante as tardes, em cafés, bares ou mesmo nas instalações das tipografias em que eram impressos os jornais, grupos de políticos, comerciantes, homens de negócios, intelectuais, artistas, poetas etc., reuniam-se para leitura coletiva e para o debate das principais novidades existentes no mundo. Além de serem lidos nesses espaços, os jornais eram também afixados pelos diversos cantos das cidades. As informações ganhavam as ruas, eram lidas, e ao mesmo tempo transpostas do papel pelo “burburinho” da oralização; e invadiam locais diversos, atingindo mentes e corações dos mais variados tipos sociais (MOREL, 2012, p. 19-20). Contudo, é importante destacar que a atividade dos jornais não se restringia apenas a divulgar notícias e informar a sociedade, tendo, os periódicos, cumprido outras funções.

Nesse contexto, portanto, de acordo com Marco Morel, a atividade periódica pretendia, também, marcar e ordenar a cena pública, a qual passava por transformações nas relações de poder no século XIX. Inseridos em densas tramas e relações sociais e políticas detentoras de alguma “estabilidade e identidade” que eram anteriores ao advento dos consórcios nas tipografias, a imprensa no Brasil não surge como algo desterritorializado. Mas, pelo contrário, a imprensa nasce por de trás de diferentes grupos, que, ao ser detentores dos meios de produção dos impressos, buscavam construir novos ordenamentos ao exercer uma missão política e pedagógica sobre a sociedade, fazendo com que nela surgisse uma opinião pública, isto é, um “instrumento simbólico”, cuja função social era a de legitimar posições políticas, ideias e opiniões que eram de demanda de setores isolados da sociedade e transformá-las em uma vontade geral; transportando debates de nichos restritos à esfera do mundo público (MOREL, 2012, p. 24).

Imersos em complexas redes de sociabilidade e consórcios políticos, os redatores e editores de jornais criavam uma espécie de “teatro do jornalismo” ao divulgar não somente notícias que eram de seus interesses, mas também denúncias, polêmicas, fofocas, insultos pessoais ou dirigidos à grupos políticos rivais, forjando, através dos prelos, uma verdadeira arena política de debate (BARBOSA, 2010, p. 49).

No Brasil do século XIX, Liberais e Conservadores travaram incontáveis debates/conflitos políticos os quais ganharam as páginas de jornais. Grupos antagônicos entre si, os Liberais preocupavam-se em conduzir uma política de modo a assegurar uma “distribuição tendencialmente mais equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial”, isto é, uma política descentralizada que visava livrar o Brasil da “Oligarquia turbulenta” e

garantir Liberdades e a Segurança do Povo; enquanto os Conservadores, de modo contrário, buscavam uma política centralizada, com distribuição desigual do aparelho do Estado a qual visava proteger o Brasil da tutela e das paixões de facções (MATOS, 1987, p. 105-106).

Durante o conflito platino, a imprensa contribuiu sobre maneira para a manutenção do ímpeto militar. Nesse contexto, os jornais distribuídos ao longo do Império fizeram uma intensa campanha de mobilização onde, diariamente, eram publicados os principais fatos ocorridos nos campos de batalhas; além de discursos fortes, poesias e hinos com chamamento dos sujeitos às armas. Ao analisar a atividade deste setor tanto na Província do Maranhão, quanto na Província do Piauí, Johnny Santana evidenciou toda uma cadeia de esforços propagandistas cujos reflexos recaíam diretamente sobre mobilização de pessoal (ARAÚJO, 2005, p. 53; 2009, p. 86).

Envolver-se na esfera da política era uma atividade típica dos jornais; e em alguns casos, a atividade desenvolvida nas redações era um primeiro passo para a entrada dos editores, sócios ou redatores na vida política (BARBOSA, 2010, p. 52). No contexto do conflito platino, é assente perceber que os periódicos de jornais da Província do Pará tiveram importantíssima função no processo de formação de tropas. Através das páginas dos periódicos da Amazônia, as informações sobre o conflito platino correram pelos quadrantes da região, informando diariamente homens e mulheres, ricos e pobres acerca dos principais acontecimentos ocorridos nos campos de batalha (SILVA, 2022, p. 67). Todavia, este mesmo trabalho desenvolvido viveu permeado de diferentes interesses dos grupos/partidos políticos distribuídos na região, o que gerou também muitos embates.

No Pará, província localizada no extremo norte do Império do Brasil, Liberais e Conservadores travaram vários debates/conflitos que ganharam as páginas dos periódicos. Nesse sentido, ao analisar a atividade desenvolvida a partir deste setor da sociedade, tem de se levar em consideração o mundo no qual os editores, os redatores, ou mesmo os donos dos periódicos estavam inseridos dado que estes espaços não são neutros. É importante, portanto, se atentar não só às informações contidas nos jornais, mas também aquelas concernentes a quem editava, quem redigia, quem possuía os jornais, ou a que grupo ou partido político determinado jornal estava ligado; e a partir disso delimitar os campos nos quais os periódicos estavam inseridos, compreendendo suas atividades informativas dentro de um complexo mundo de interesses e desinteresses.

Para tanto, este trabalho se atentará justamente para essa questão. Assim, através da análise das atividades dos periódicos “*Diário do Grão-Pará*”, “*Jornal do Amazonas*”, e “*Jornal do Pará*”, bem como da instrumentalização de fontes do Governo do Pará (ofícios,

contratos etc.) esquadrinha-se o conteúdo de algumas de suas publicações de maneira a compreender alguns dos episódios em torno da mobilização para a guerra e delinea-se também a rede por trás de cada um desses periódicos, isto é, a que grupos ou partidos políticos estavam ligados. A análise que segue adiante toma como objeto apenas esses jornais, pois, até o momento, a pesquisa conseguiu identificar concretamente apenas os vínculos mantidos por eles com o Governo, o que, é claro, não exclui a possibilidade de análises sobre outros periódicos.

Estes citados acima, ora mantinham contrato de prestação de serviço com a província, ora prestavam serviços informais ao governo com publicações avulsas, uma vez que não necessariamente haviam consignado contratos com o Estado, mas prestavam serviços esporádicos ao Governo da Província ao publicar em suas páginas informações encomendadas que eram de interesse do Governo. Trabalhos pelos quais os jornais eram remunerados de acordo com o que fora demandado na ocasião.

### **A viagem dos fatos: a chegada das notícias da guerra na Amazônia e a mobilização militar**

Na Província do Pará, a relação entre o mundo jornalístico e o mundo político/militar durante os anos da campanha foi bastante acentuada. Ao longo de todo conflito, os jornais aqui analisados fizeram entrar e sair pelos portos de Belém inúmeras notícias sobre a guerra, ora incentivando a participação dos indivíduos a assentar praça nas forças armadas, ora criticando as posições das autoridades civis e militares no que concerne o recrutamento, sobretudo quando estava no poder do Executivo da Província um político que era do partido de oposição ao qual os editores ou redatores dos periódicos faziam parte. Nesse sentido, portanto, há de se perceber que as posições de cada jornal dependiam diretamente de qual grupo estava por trás do periódico, bem como qual era seu interesse no momento em questão.

Por manterem contatos diretos entre si, formando uma ampla rede de comunicação, tanto com o interior da Amazônia, quanto com jornais de grande circulação em províncias como a do Maranhão, Pernambuco, São Paulo, ou mesmo o Rio de Janeiro, os Jornais da Província do Pará fizeram com que os episódios da guerra se tornassem presentes no cotidiano dos sujeitos na região. Tornando-se, desse modo, um importante lócus de estudo cujas informações permitem compreender um complexo mundo. Com isso, os periódicos são ao mesmo tempo objeto e personagem de análises historiográficas. Eram nas redações que se construía visões de mundo, eram nas redações que se discutiam interesses diversos; ou ainda, eram nas redações de jornais que se travavam conflitos entre diferentes personagens.

Durante o prelúdio do conflito platino, ao que indicam as fontes, os conflitos, as trocas de acusação, as mensagens de escárnios e os maldizeres nas páginas dos jornais não eram tão presentes. Contudo, estes passaram a se acentuar com desenrolar da campanha devido à morosidade no término da guerra e a intensificação do recrutamento, quando este passou a ser usado como arma política de perseguição a opositores.

Com isso, durante os primeiros momentos da guerra, a imprensa paraense se deteve mais a divulgar os principais acontecimentos da guerra, em um amplo trabalho comunicativo, aproximando o extremo da Bacia do Prata à Amazônia, bem como informações acerca das mobilizações feitas na região cujas tropas estavam sendo formadas para o envio aos campos de batalha no sul do Império; estas últimas informações transitavam tanto na Província do Pará quanto em províncias vizinhas.

Para tanto, um sintoma claro desse contexto é a presença de várias correspondências de jornais como as do “*Diário do Grão-Pará*”, “*Jornal do Pará*”, e “*Jornal do Amazonas*” em periódicos de províncias como a do Maranhão, Pernambuco, São Paulo etc. Na totalidade de seus conteúdos, durante aproximadamente os oito primeiros meses da campanha contra o Paraguai, aqueles jornais se preocupavam em narrar os principais atos tomados pelo Governo do Pará no que concerne a formação e estruturação de tropas na capital, o número de voluntários da pátria que havia chegado dos interiores até a cidade de Belém, os donativos patrióticos oferecidos pelos empregados públicos e demais personagens bem aquinhoados da região, assim como o oferecimento voluntário de Oficiais da província os quais seguiram para a Corte em companhia de seus respectivos subordinados.

Alguns desses episódios chegam até mesmo a se repetir nas páginas de diferentes jornais, em diferentes províncias, com poucas mudanças em seu conteúdo e intervalos de tempo de pouco mais de 8 dias. Isto aconteceu, por exemplo, com as notícias do episódio da mobilização feita em Belém no dia 13 de fevereiro de 1865, quando o Governo da província fez seguir para o sul o 3º Batalhão de Artilharia a Pé, notícias que correram o Brasil e se repetiram tanto nas páginas do *Jornal Publicador Maranhense*, quanto nas do *Jornal Diário de Pernambuco* (Publicador Maranhense, 16 de fev. de 1865. P.2; Diário de Pernambuco, em 8 de março de 1865. p. 2).

A divulgação desses registros para outras províncias do Império se dava ora diretamente pelos proprietários ou redatores dos jornais, ora também através de correspondentes particulares situados em Belém, ou ainda através de algumas firmas Comerciais situadas na cidade de Belém as quais reuniam algumas das principais edições dos periódicos que circulavam na região e

faziam embarcar dos portos do Pará não somente produtos de exportação, mas também ideias e fatos.

Os editores que as republicavam em seus jornais faziam questão de sinalizar o periódico com o qual mantinham contato em Belém ou mesmo a firma comercial que fazia esse trabalho na cidade. Nesse sentido, por exemplo, com o *Diário de Pernambuco*, um dos mais antigos e importantes jornais que circularam no Brasil durante o século XIX, o responsável por fazer essa atividade era a firma cuja razão social rodava em nome de Geraldo Antonio Alves & Filhos, a qual tinha como seus proprietários Joaquim Antonio Alves e sua respectiva esposa.

Joaquim Antonio Alves era um dos homens de negócio da Praça da Capital de Belém o qual atuava também na política da província. Mantinha negócios de importação e exportação entre Belém e lugares da Europa como Liverpool e Dinamarca. Era um sujeito influente na região e chegou até mesmo a ocupar importantes espaços na província, tornando-se perito da Alfandega; ou mesmo, ao lado de vários outros homens de grosso trato da capital concorrendo a uma vaga na Assembleia Provincial no ano de 1867 (*Almanaque Administrativo (PA)*. Ano de 1868, p. 116; *Jornal do Pará* em 27 de nov. de 1867. p. 3).

Foi Joaquim Antonio Alves, ao lado dos demais personagens expostos a seguir, os responsáveis por informar a população local acerca da guerra, de criar uma atmosfera favorável ao recrutamento militar na região; bem como abastecer de notícias e acontecimentos patrióticos a vitrine nacional ao divulgar para o Brasil as principais mobilizações militares realizadas no Pará.

Essas notícias encontram-se presentes em páginas de jornais diversos. No periódico *Jornal de Recife*, edição do dia 23 de março de 1865, foi publicada uma correspondência contendo informações retiradas do *Jornal Diário do Grão-Pará*. Nesse recorte, o *Diário do Grão-Pará* se preocupou em registrar e narrar para os seus leitores o ato patriótico tomado pelo Coronel Francisco da Ponte e Souza, Comandante do 35º Batalhão da Guarda Nacional, o qual, tomado por “espírito patriótico”, havia se oferecido ao Governo da Província a seguir até o Rio de Janeiro acompanhado de seus subordinados para lutar contra os paraguaios que haviam invadido o Brasil (*Jornal do Recife*, 23 de mar. de 1865. p. 1).

Alguns dias depois do *Jornal de Recife* ter publicado em suas páginas aquele ato patriótico, novas mobilizações na capital da Amazônia eram organizadas. Nesse sentido, em 28 de março de 1865, com a chegada de notícias da Corte, foram feitas em Belém “estupiosas festas”. Nessa ocasião, em meio aos festejos nas ruas da cidade, deu-se o embarque do primeiro

Corpo de Voluntários da Pátria do Pará que seguiu para o Sul no Vapor “*Oyapok*” (Publicador Maranhense, 31 de mar. De 1865. p. 1).

Esta companhia militar foi criada pela Lei provincial de número 477, que definiu que o antigo Corpo de Caçadores de Polícia da Província seria renomeado e reorganizado. Seu número foi ampliado para uma capacidade de até 1200 homens e além disso, para sua manutenção, essa companhia recebeu um montante de cem contos de réis dos cofres provinciais, medidas que foram aprovadas após votação da Assembleia Legislativa do Pará (Carta Lei nº 477. APEP, FSPP, parte encadernada, código 1377).

No momento seguinte do embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, o Major do Corpo de Polícia do Pará, Antonio Nicolau Monteiro Baena, produziu uma lista com o registro de nomes dos Oficiais, Oficiais Inferiores, Cabos, Soldados e recrutas assentados no Corpo de Voluntários da Pátria, a qual foi remetida para a Secretaria da Presidência da Província e posteriormente para o Ministério dos Negócios da Guerra. Embarcado para o Sul, a frente deste Corpo estava o Tenente Coronel Joaquim Cavalcante de Albuquerque Bello, natural de Pernambuco; seguido do Almirante Alferes Francisco Antonio Nepomoceno, natural do Ceará; do Almirante [?] Joaquim Pereira Dias, natural de Belém; do Dito 2º Cosme Francisco Pereira, natural de Santarém; do Sargento [?] Albertino Ferreira Castro, natural do Ceará; do Dito 2º Felito Isidoro da Floresta de Miranda, natural de Santarém; e do Coronel Mór José Francisco de Azevedo (Relação Nominal de Voluntários da Pátria, APEP, FSPP, caixa 279).

O embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria se deu com pouco menos da metade do contingente previsto na Lei provincial de nº 477, com um total exato de 481 sujeitos presentes na lista construída pelo Major Baena. Contudo, o *Jornal do Amazonas*, ao registrar o embarque dessa conta que eram cerca de 600 homens. As informações registradas nesse jornal, na edição de nº 70, circularam pelo Brasil a fora, contando com um discurso pungente e bastante otimista quanto ao conflito; e mobilizando nos leitores memórias do presente, passado e futuro daquela sociedade, como visto:

Segue hoje ao meio-dia para o sul do Império o primeiro batalhão de voluntários da Pátria. [...] O entusiasmo que o povo paraense tem manifestado, demonstra as (?) patriotismo. [...] A causa do Brasil é a causa do direito e da justiça, e há de ser defendida no campo da honra pela bravura de seus filhos. No paralelismo histórico dos fatos das nações, vê-se sempre o Brasil pugnar pela causa da justiça como extremo defensor dos direitos de seus filhos. É esse fato pela sua não interrompida continuidade se tem mantido como um culto. Quando os brios de uma grande nação se chama ofendida por um poviléo de homens selvagens, o entusiasmo dessa nação cresce em razão direta da ofensa

recebida. [...] Nada resiste à colera liberta desses sentimentos que são direitos” (Publicador Maranhense, em 31 de mar. de 1865. p. 1).

Para o redator do *Jornal do Amazonas*, como é possível notar, a organização do primeiro Corpo de Voluntários da Pátria no Pará foi um ato de justiça. Com o envio dessa companhia militar, a Província do Pará, em companhia das demais Províncias brasileiras, estava a contribuir para que a continuidade e estabilidade da nação não fossem interrompidas pelo Paraguai, fala em alusão ao estado de equilíbrio logrado pelo Brasil após a independência brasileira. Nada resistiria, segundo o redator desta notícia, a disseminação da ideia de lutar pela nação, que deveria buscar a reparação dos danos a ela cometidos, reparando-se a honra brasileira e trazendo as glórias dos campos de batalha.

Em 08 de abril de 1865, outras notícias dos eventos na Amazônia voltaram a ser divulgadas no Brasil. Nessa ocasião, no entanto, o público recifense tomou conhecimento dos acontecimentos militares realizados em Belém a partir dos registros retirados do *Diário do Grão-Pará*. Naquela edição, o *Jornal de Recife* contava ao seu público que em 26 de março de 1865, pouco tempo depois do envio do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, a atmosfera de Belém era semelhante a anteriormente registrada. O conteúdo festivo narrado para aquele público se baseava na chegada das notícias em Belém da tomada de Montevidéu, momento em que se deram novas festas na cidade (Jornal do Recife, 08 de abr. de 1865. p. 1).

Nesse sentido, preocupado em passar aos leitores todo um cenário positivo construído em Belém, há na primeira página do *Jornal de Recife* a descrição da recepção do vapor vindo do Sul, que foi recebido na cidade por uma grande quantidade de povo na praia. Quando do momento da fundação do Vapor no porto de Belém, conta o conteúdo retirado do *Diário do Grão-Pará*, se deram salvas de tiro na fortaleza da cidade, seguida de fogos de artifício e cantoria de hinos. Já pela parte da noite a cidade foi inteiramente iluminada e ecoou pelas ruas de Belém as vibrações das notas musicais da banda marcial.

Assim, ao som de músicas marciais fez-se então um desfile em que por onde a banda de música passava, grande quantidade de gente a acompanhava em marcha, saindo todos em direção ao Largo da Praça Dom Pedro II, local onde o 11º Batalhão de Infantaria encontrava-se estacionado a espera daqueles que vinham prestigiar sua partida. Assim, com a chegada da banda de música e do povo na praça, saíram então todos em mais uma marcha pelas ruas da cidade que se encontravam inteiramente enfeitadas com arcos, tendo, inclusive, de algumas janelas, chuvas de pétalas de flores. Nesse episódio, o jornal calculou uma estimativa de cerca



de três mil pessoas passando ao litoral da cidade de Belém para acompanhar o embarque daquele Batalhão no Vapor “*Apa*” e o levantar das âncoras em direção aos campos de guerra.

Poucos dias depois, ao lado de várias outras informações sobre mobilizações e envio de tropas pelo Brasil a fora, mais informações sobre os episódios no Pará voltaram a ser divulgados no *Jornal de Recife*. Dessa vez, porém, quem informava este jornal acerca dos principais fatos ocorridos na capital da Amazônia era o *Jornal do Pará*, ao expor para o público leitor a organização do 2º Corpo de Voluntários da Pátria na província, companhia a qual ficou sob o Comando do Capitão da Guarda Nacional e Guarda Mór da Alfândega, José Luiz da Gama e Silva (*Jornal de Recife*, 17 de abr. de 1865. P. 2). O 2º Corpo de Voluntários da Pátria deixou a província no dia 8 de julho de 1865, dias após receber a benção de sua bandeira oficial em cerimônia religiosa na catedral da cidade, item que foi presente de um conjunto de senhoras da boa sociedade belenense (*Correio Paulistano*, 30 de jul. de 1865. p. 2).

Não obstante, é interessante de se observar nesses materiais que, para além das informações prestadas acerca do que vinha sendo preparado em termos estritamente militares, os periódicos que se ocupavam em registrar e noticiar estes fatos também buscavam demonstrar aos leitores um forte envolvimento social na questão. Era a sociedade civil que prestava, para além da deferência, traduzida em palmas, em cantoria de hinos nas ruas, em flores jogadas das janelas dos sobrados na capital e demais prestígios prestados aos militares nos momentos de embarque das tropas, todos os outros suportes necessários a organização e efetivação do envio das tropas.

Exemplos notórios disto aparecem no momento do embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, o primeiro grupamento militar saído de Belém para lutar na Guerra, onde quem prestou os auxílios necessários para o deslocamento daquele contingente militar da terra até as instalações do vapor responsável por levá-lo ao Rio de Janeiro foi o Sr. Pimenta Bueno, - Marques de São Vicente, diretor da Companhia Brasileira de Vapores que fazia viagem do Pará à Tabatinga<sup>2</sup> -, ao disponibilizar os Vapores Explorador e Tabatinga para este serviço (*Diário de Pernambuco*, em 8 de mar. de 1865. p. 2).

Noutro periódico, além de Pimenta Bueno, as informações registradas nas páginas dos jornais mostram também o envolvimento dos comerciantes da Praça da Capital na questão militar, os quais se reuniram, mesmo em tempos de baixa arrecadação no comércio, para

---

<sup>2</sup> A informação de que Pimenta Bueno era diretor desta Companhia foi prestada pelo casal de viajante Agassiz. Ver: AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. Viagem ao Brasil 1865-1866. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal - Conselho Editorial, 2000.

subscriver verbas em prol de oferecê-las como donativo para ajudar na campanha (Publicador Maranhense. 4 de abr. de 1865. p. 2). Além dos Comerciantes, algumas Senhoras da alta sociedade paraense, ao passo que os homens se articulavam na esfera político-militar, trataram também de mobilizar esforços ao buscarem organizar uma Associação que ficaria responsável por arrecadar doações para o auxílio das famílias de soldados paraenses que viessem a perder os seus pais, maridos e filhos na guerra. Esta Associação arrecadou aproximadamente um conto de réis para o socorro dos desvalidos retornados a província (Jornal de Recife, em 24 de fev. de 1865. p. 1).

O envolvimento social não para por aí. Além daquelas mobilizações, os jornais se preocupavam em demonstrar o envolvimento também de empregados públicos na situação, como foi o caso dos empregados da Alfândega que ofereceram 10% de seus ordenados para o auxílio do Estado. Outros sujeitos eram mais generosos nas ofertas, (é claro que por conta de sua boa situação econômica), como foi o caso do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Belém, Caetano Lisboa, que ofereceu todo o seu vencimento de magistrado para o suporte do Estado enquanto o conflito no Prata perdurasse (Jornal de Recife, em 24 de fev. de 1865. p. 1). Contudo, para além dos fatos narrados através do papel, como dito anteriormente, nesse contexto é importante notar que a transitividade dessas e de outras notícias na sociedade não se dava de forma neutra, uma vez que essa atividade tinha uma função específica no contexto: criar um cenário favorável para a guerra na sociedade local, ao incentivar mobilizações e o recrutamento militar, e ao mesmo tempo situar a sociedade paraense no bojo das mobilizações patrióticas nacionais.

Essa última questão foi bastante explicitada na escrita do redator do *Jornal do Amazonas* que escreveu o seguinte ao comentar a notícia sobre a organização e envio do 2º Corpo de Voluntários da Pátria do Pará: “fatos deste nos enchem de glória e satisfação, pois que concorrem para provar que a nossa cara província, em amor à pátria, não está aquém de qualquer de suas irmãs” (Jornal do Recife, em 17 de abr. de 1865. p. 2). Com isso, a atividade desses periódicos extrapola o campo apenas informativo, isto é, o de dar notícias, e adentra no mundo político do contexto, uma vez que os sujeitos que estavam por trás dessa atividade não eram homens comuns, sem interesses na questão, mas em todos os casos estavam imersos em relações sociais com políticos, militares e homens de negócio, os quais ora se faziam representar nas notícias, ora expunham os auxílios prestados por seus aliados.

Alguns dos sujeitos por trás das sociedades nos jornais possuíam inclusive parentes em comum, construindo, desta forma, relações que transbordavam o ambiente estabelecido nas

dependências do jornal em questão enquanto apenas sócios-redatores. Por trás das notícias existiam homens que eram amigos, eram parentes, era afetos políticos. E trabalharam juntos para construir uma agenda para a campanha, acionando, desta forma, fortes redes de sociabilidade. Os Governos que estiveram a frente da Administração da Província sabiam muito bem disso e procurara fazer uso dos jornais ao contratar serviços esporádicos dos periódicos, firmar contrato formal ou ainda permitir a aproximação dos proprietários, redatores ou editores dos jornais junto ao Governo, sobretudo quando estes faziam parte do mesmo partido do político à frente da administração do Executivo, o que, conseqüentemente, fazia com que os jornais publicassem conteúdos como os apresentados acima.

O periódico *Diário do Grão-Pará*, por exemplo, apesar de não haver firmado contrato formal com o Governo Provincial, em 1866 recebeu do Tesouro Provincial a quantia de 1:986\$520 (um conto novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte réis) por ter publicado notícias sob encomenda do Governo. O Inspetor do Tesouro público provincial frisou em sua autorização de pagamento a situação de informalidade desse periódico, serviço o qual não poderia “deixar de ser retribuído” tendo em vista ter sido “verificado que o proprietário do Diário do Gran-Pará fez as publicações constantes da sua conta” (Ofc. Tesouraria da Fazenda em 29 de dez. de 1866. APEP, FSPP, código 1399).

Não obstante, é importante salientar que além de contratar o serviço permanente ou esporádico dos jornais, o Governo da Província fazia também controle acerca do cumprimento das obrigações assumidas pelas redações uma vez que havia de calhar que o dono ou os sócios-redatores de um determinado jornal faziam parte de grupos políticos contrários ao Governo, havendo, portanto, a possibilidade daquele serviço não ser cumprido. Nesse sentido, na Secretaria da Presidência da Província, por exemplo, há registros nos quais o Inspetor de Polícia, João Caetano Lisboa, enviou para a Presidência edições de Jornais para que o Governo verificasse se os periódicos em questão estavam cumprindo com o acordado. Em um ofício Reservado de setembro 1866, este inspetor enviou, por exemplo, ao Governo da Província edições dos Jornais *Diário do Grão-Pará*, *Jornal do Pará*, *Jornal do Amazonas*, *Constitucional Paraense* e *Monarchista Santareno* para que o Governo analisasse suas publicações feitas em suas páginas (Ofc. Secretaria de Polícia em 8 de set. de 1866. APEP. FSPP, caixa 282).

Os quatro primeiros tinham sua produção feita na capital, ao passo que o último era produzido e circulava em Santarém e demais cercanias do interior da província. A partir de maio de 1866, sobretudo após a mudança do Executivo da Província, quando saiu da Presidência José Viera Couto de Magalhães, político ligado ao Partido Liberal, e entrou no seu

lugar Antonio de Lacerda Chermont, Barão do Arari, ligado ao partido Conservador, as posições e divergências dos jornais da capital em relação a guerra começaram a se rearranjar e acentuaram-se conflitos devido tanto ao prolongamento da campanha quanto aos crescentes interesses e desinteresses dos grupos por trás de cada jornal em torno do recrutamento militar, que a partir de 1866 passou a ser usado para perseguir desafetos e também para interferir em eleições locais, cenário no qual os jornais, sobretudo os três principais que circulavam na Capital, travaram muitas batalhas nos papéis.

Para tanto, tendo em vista ao exposto, vejamos a seguir, então, um pouco sobre o interior, isto é, a composição, das redações dos três principais jornais da capital: *Diário do Grão-Pará*, *Jornal do Amazonas* e *Jornal do Pará*.

### **Por trás do Prelo: agentes da política, interesses e conflitos nos jornais**

Fundado por Jose Joaquim Mendes Cavalleiro, português, deportado para Lisboa em 1865, o periódico *Diário do Grão-Pará* teve sua atividade jornalística entre os anos de 1853--1892. Ao longo de 39 anos de vida, este jornal teve como redatores o próprio José Joaquim Mendes Cavalleiro, Antonio José Rabello Guimarães - também português -, o Sr. José Ferreira Cantão, o Sr. Antonio Gonçalves Nunes, outro sujeito cujo nome era Antonio Ricardo de Carvalho Pena, Frederico Carlos Rhossard, além do Conego Mancio Caetano Ribeiro (BARATA, 1952, p. 241).

Durante os anos em que esteve em funcionamento, o *Diário do Grão-Pará* trocou de subtítulo cerca de três vezes, suprimindo o subtítulo original tido como “folha Comercial, Noticiosa e Literária” e passando a assumir os seguintes: “Órgão do Partido Conservador”, “Órgão do Partido Católico”, e “Órgão do Partido Nacional”; este último subtítulo esteve presente no jornal até o ano de 1892, momento em que este periódico deixou de existir (BARATA, 1952, p. 241).

Deste modo, à exceção de Jose Joaquim Mendes Cavalleiro, que foi deportado para Lisboa em 1865, atitude motivada, segundo conta Manoel Barata, por questões políticas (BARATA, 1952, P. 243), esses sujeitos, ambos ligados ao Partido Conservador, ao longo do conflito platino e a frente do periódico *Diário do Grão-Pará*, atuaram na linha de frente da mobilização para a guerra disseminando notícias, construindo opiniões políticas ante a sociedade e articulando-se para forjar uma agenda política para manter ou adquirir novos cabedais na província do Pará.

Entretanto, apesar de terem atuado na disseminação de informações sobre o conflito, tanto dentro do Pará, quanto fora da província, como visto anteriormente, este jornal fez também duras oposições ao Governo quando a administração do Executivo esteve sob o julgo do Partido Liberal, atitudes nas quais fizeram com que, inclusive, Francisco Carlos Rhossard, em 1865, fosse responder perante a justiça aos crimes de “furto da imprensa” e “injúrias” (Diário de Pernambuco, 18 de abr. de 1865. p. 1). Com efeito, esse tipo de acontecimento não era infortúnio uma vez que era consequência de muitos desacordos nutridos no seio da política local, os quais, por sua vez, estendiam-se para além da tribuna e ganhavam os prelos.

Não obstante, para além de dividirem o espaço na redação do Diário do Grão-Pará, ambos os sócios eram conectados a vida política e militar na Província do Pará, assumido cargos semelhantes na vida pública, tanto antes do conflito platino, quanto durante o mesmo. Jose Ferreira Cantão, morador a rua do Espírito Santo n. 16., por exemplo, foi professor da cadeira de História do Colégio Paraense. Além disso possuía vida ativa na esfera militar, pois era Tenente Cirurgião-Mór e pertencia ao Batalhão de Infantaria n. 2 da província. Além de militar e professor, Ferreira Cantão fora também Prior da Mesa Regeneradora do Hospital de Nossa Senhora da Ordem Terceira, em Belém, durante os anos de 1867-1868. Em 24 de novembro de 1867, foi eleito para a Assembleia Provincial do Pará para a Legislatura do Biênio de 1868-1869. Para mais, foi Membro do Corpo Consular da Provincial do Pará, assumindo as responsabilidades diplomáticas com a República da Venezuela, além de ter sido Diretor da Sociedade Philomática (sociedade literária) do Pará<sup>3</sup> (Almanaque: Administrativo (PA) - 1868 a 1873).

Assim como Ferreira Cantão, outros sócios-redatores do *Diário do Grão-Pará* possuíam também vida ativa na cena político-militar belenense, como o cidadão Antonio Gonçalves Nunes, morador a rua Santo Antonio, que era também Tenente. Na mesma eleição que Jose Ferreira Cantão se elegeu, Antonio Gonçalvez Nunes assumiu o cargo de Deputado Provincial para a Legislatura do Biênio 1868-1869. Além de Deputado, Antonio Gonçalves Nunes foi também Vereador de Belém; assim como Ferreira Cantão, atuou no Colégio Paraense, não como Professor, mas assumindo o cargo de Diretor daquela Instituição de Ensino. Ademais no ano de 1869, foi eleito para assumir o cargo de Promotor Fiscal da Provedoria de Capelas e Resíduos de Belém.

---

<sup>3</sup> Essas e outras informações sobre os sócios-redatores do Diário do Grão-Pará foram retiradas do Almanak : Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) - edições diversas entre os anos de 1868 e 1873.

Semelhante aos primeiros sujeitos citados primeiros, Frederico Carlos Rhossard, também tinha vida ligada ao meio político e militar na província. Era militar de carreira cuja patente era a de Tenente. E foi Vereador da Câmara Municipal de Belém, atuando na cena política nos anos de 1869 e 1873. Não obstante, ao que tudo indica, somente dois dos sujeitos que eram sócios-redatores do *Diário do Grão Pará* não tinham suas atividades ligadas diretamente ao mesmo meio de Ferreira Cantão, Gonçalves Nunes e Carlos Rhossard.

Antonio Ricardo de Carvalho Pena, morador a Travessa Passinho, por exemplo, era negociante. Um “capitalista” segundo diz o Almanaque Administrativo do Pará. Possuía a Firma Comercial Pena & Filhos, a qual continuou a funcionar na Província mesmo após a morte de seu dono, que mantinha negócios ascendentes na economia da Amazônia há décadas, recebendo, por isso, homenagens póstumas de seus compadres quando do momento de sua morte no ano de 1869. Além de ser ligado a José Ferreira Cantão pela sociedade no jornal *Diário do Grão-Pará*, Carvalho Pena era ligado a Ferreira Cantão por laços parentais uma vez que era sobrinho do Tenente José Baptista de Carvalho Pena, o qual, por sua vez, era primo de José Ferreira Cantão, tendo, deste modo, ambos, laços para além da sociedade construída naquele periódico (Diário de Belém, Folha Política, Noticiosa e Comercial, 25 de ago. de 1868. p.1).

Todos esses sujeitos supracitados, ora ligados pela vida política, ora ligados pela vida militar, ou mesmo ligados pela vida comercial buscaram se ligar a Antonio José Rabello Guimarães, Mercador a rua Formosa, encadernador e proprietário da Tipografia Comercial. Antonio José Rabello Guimarães prestava serviços de impressão de materiais diversos ao Estado há décadas, as quais variavam deste a impressão de livros, manuais para os estabelecimentos públicos e mesmo a divulgação de informações oficiais em seu estabelecimento físico. Esse sujeito possuía larga experiência no mundo das letras, e mesmo na arte jornalística, o qual possibilitou a materialização do *Diário do Grão-Pará* na vida política da Amazônia ao longo de quase quatro décadas de funcionamento<sup>4</sup>.

Partilhando laços políticos, proximidades familiares, interesses comerciais, militares ou mesmo intelectuais na vida belenense, estes sujeitos formaram uma rede política bastante importante na Província, disseminando informações e ajudando a adensar junto a sociedade visões de mundo e opiniões políticas sobre o conflito platino.

---

<sup>4</sup> A pesquisa não encontrou muitas informações sobre o Conego Mancio Caetano Ribeiro.

Nesse sentido, a partir do ano de 1866, a relação daquele jornal com o Estado se estreitou e durante o restante do conflito platino o *Diário do Grão-Pará* atuou na linha de frente, em serviço ao Estado, travando, inclusive, longas batalhas contra aqueles que se opunham às decisões da administração da província no que condiz o recrutamento militar para a campanha. Ademais, esse estreitamento do jornal junto ao Governo se deu após assumir o cargo do Executivo da Província, Antonio de Lacerda Chermont, Barão do Arari, político ligado ao Partido Conservador, nomeado para assumir a Presidência da Província do Pará em 28 de junho de 1866, alguns meses após a saída de José Vieiras Couto de Magalhães daquele cargo, político ligado ao Partido Liberal e que estava à frente do Executivo da Província desde 1864.

Com a saída de José Vieira Couto de Magalhães do Executivo da Província, o partido Conservador esteve presente na Administração Provincial com Lacerda Chermont e posteriormente com o Capitão de Mar e Guerra, Raimundo Antonio de Lamare. Com isso, com políticos Conservadores no poder da Administração Provincial, a via de acesso ao Governo ficou facilitada por parte do *Diário do Grão-Pará*, sobretudo porque o contrato mantido com a antiga Gazeta oficial do Governo havia sido quebrado em novembro de 1866. Sendo assim, com os Conservadores ao seu lado, a partir desse ano, o *Diário do Grão-Pará* passou a ter uma postura defensiva e mais incisiva em relação a administração provincial, descredibilizando, sobretudo, as publicações mantidas pela antiga Gazeta do Estado.

A antiga Gazeta Oficial responsável por divulgar na Amazônia e no Brasil, os atos oficiais do Governo, era o *Jornal do Amazonas*. Na documentação da Tesouraria da Fazenda, há um contrato em que este jornal firmou acordo com o Governo da Província. No entanto, pelo fato deste jornal ter assumido uma posição política diversa daquela que era de interesse do novo Governo Executivo, Conservador, diante do recrutamento militar, esse contrato foi quebrado em 7 de novembro de 1866.

Segundo conta o registro depositado na Tesouraria da Fazenda, esse contrato foi quebrado após uma avaliação feita pela Presidência da Província acerca do conteúdo publicado nas páginas do *Jornal do Amazonas*. Assim, o novo presidente em exercício considerou que as atitudes tomadas por Joaquim Fructuoso Pereira Guimarães nas publicações do periódico eram contrárias aos interesses do Governo e, portanto, o *Jornal do Amazonas* não poderia continuar naquele serviço. (Cópia do Ofc. dirigido à Contadoria da Tesouraria da Fazenda em 7 de nov. de 1866. APEP, FSPP, código 1399).

Coincidência ou não, no dia 14 de novembro de 1866, cerca de uma semana depois da quebra do contrato com o *Jornal do Amazonas*, Joaquim Fructuoso Pereira Guimarães foi

também exonerado do cargo de Cirurgião na Enfermaria do Corpo de Polícia da Província (Ofc. nº 29 dirigido a Contadoria da Tesouraria da Fazenda da Província em 14 de nov. de 1866. APEP, FSPP, código 1399). Ambos os atos supramencionados parecem ter ligação direta com a própria mudança da Administração da Província, a qual, antes da entrada do Barão de Arari, estava chefiada por um político ligado ao Partido Liberal.

Sendo assim, a partir daquele momento o *Jornal do Amazonas* virou a Gazeta de oposição ao novo Governo e a “reserva de oposição” que antes era defendida por este jornal em prol dos interesses gerais da nação, parece ter sido esquecida dado que o *Jornal do Amazonas* passou então a atacar e denunciar arbitrariedades do Governo cujas autoridades, políticas e militares a frente do recrutamento, não respeitavam direitos isenções militares (Diário de Pernambuco, 18 de abr. de 1865. p. 1).

Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães, além de ser uma das cabeças a frente do *Jornal do Amazonas*, e militar de carreira, era um antigo político ligado a facção dos liberais no Pará cuja influência na cena política remonta à década de 1840. Esse sujeito era médico, Tenente Coronel-Mor no Batalhão de nº 1 da reserva, foi Juiz Suplente Municipal do Termo de Belém em algumas ocasiões no período entre 1855-1868, foi Juiz de Paz da Freguesia de Sant’Anna, desenvolveu atividades na Legislatura do Pará ao assumir cargo como Deputado Provincial em 1845/1848/1854/1855. Além também de ter sido Provedor da Santa Casa de Misericórdia e Médico do Hospital Militar<sup>5</sup>.

Nos anos que seguiram ao conflito platino, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães estava ligado ao *Jornal do Amazonas*, periódico cujo subtítulo era o de “Órgão de Ideias Liberais”. Este jornal foi fundado no ano de 1860 e esteve em circulação no Pará até o ano de 1868, quando, posteriormente, foi substituído pelo periódico “*O Liberal do Pará: Jornal Político, Comercial e Noticioso*”, com circulação diária, a exceção das segundas-feiras, até o ano de 1890 (BARATA, 1952, p. 139).

Durante a sua vida informativa, à frente do *Jornal do Amazonas*, esteve como redator o bacharel Tito Franco de Almeida<sup>6</sup>, seu proprietário, e como editor Raphael Valente da Costa. Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães morreu no ano de 1868, com o conflito platino em seu auge. Contudo, antes de sua morte, porém, certamente teve constantes conversas sobre a guerra

---

<sup>5</sup> Informações colhidas nos jornais Treze de Maio (décadas de 1840-1860), edições diversas; e Jornal do Pará (1860-1870), edições diversas.

<sup>6</sup> Além de ter se enveredado nas páginas do *Jornal do Amazonas*, Tito Franco de Almeida ainda contribuiu com textos e artigos variados, ao trabalhar em jornais como “*Aurora Paraense*”, “*Gram-Pará*”, “*Reforma*” e “*Liberal do Pará*”. Para mais informações ver: CUNHA, Raimundo Cyriaco Alves da. Ten. Cel. **Paraenses Ilustres**. 3ª ed. Belém. Conselho Estadual de Cultura, 1970.



platina e demais assuntos no tocante a vida política provincial e sobre a vida política nacional com Tito Franco de Almeida. Esses homens eram duas das mais influentes cabeças da célula do partido liberal no Pará. Tendo Tito Franco de Almeida ligações diretas com a política nacional, uma vez que ocupou cargos em diversas legislaturas (CUNHA, 1970, p. 140).

Tito Franco de Almeida era um exímio homem das letras do século XIX. Com formação primária em Lisboa, voltou para o Brasil no ano de 1844. Ainda bastante jovem, no ano de 1850, obteve o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda. Voltou para o Pará no ano de 1851 e se tornou professor de Filosofia no Liceu Paraense. Em suas imersões na cena política brasileira, ao se ocupar na Legislatura pela Província do Pará, ganhou prestígio e reconhecimentos no Império. No ano de 1864 recebeu a nomeação de Diretor Geral da Secretaria dos Negócios da Justiça e foi também redator do *Diário Oficial do Império*, cargos dos quais pediu sua exoneração para fazer oposição ao Ministério do Marquês de Olinda (CUNHA, 1970, p. 141).

A partir de setembro de 1866, no Pará, Tito Franco de Almeida, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães e os demais participantes da célula do partido liberal espalhados pela Amazônia fizeram duras e frequentes oposições ao Governo, criticando, sempre que podiam, os atos oficiais tomados pela Administração provincial no que concerne o recrutamento militar. Por outro lado, muitas das publicações feitas por Tito Franco de Almeida, e pelos políticos e demais letrados ao seu redor, receberam várias críticas em jornais ligados ao Governo situação na qual se fez produzir farto conteúdo documental.

Os temas discutidos nas páginas dos jornais são diversos, variam desde as disputas políticas pelas eleições locais, passando por comentários sobre a posição de Tito Franco enquanto Conselheiro do Império, e, é claro, passando diretamente pelo conflito platino e seus reflexos na sociedade local, sobretudo, quando um sujeito recrutado ou designado para a guerra fazia parte, ou era ligado, a Franco de Almeida, a Frutuoso Guimarães ou mesmo a alguns de seus correligionários. O Conselheiro Tito Franco de Almeida e os políticos ao seu redor travaram duras batalhas nos papéis denunciando negligências, perseguições e demais situações que envolviam o Governo e os núcleos políticos ligados a ele.

Nas páginas do *Jornal do Amazonas*, Tito Franco de Almeida tentava sempre denunciar atos segundo os quais acreditava serem imperitos. Em um desses casos, o *Jornal do Amazonas* denunciou à sociedade uma interferência de José Ferreira Cantão, um dos donos do *Diário do Grão-Pará*, no recrutamento de Bartholomeu, filho de Joaquim Pedro Pinheiro Muniz. A denúncia prestada por Tito Franco de Almeida no *Jornal do Amazonas* contra esse ato, por sua

vez, rendeu uma longa resposta redigida nas páginas do *Jornal do Pará*, outro periódico ligado ao Partido Conservador, e tido como imprensa oficial do Governo em 1867, cujo proprietário, editor e redator era Cipriano José dos Santos. (*Jornal do Pará*, 9 de jan. de 1867. p. 2).

A resposta escrita no *Jornal do Pará* contra aquela denúncia ocupou quase uma página inteira com exposições de opiniões, documentos oficiais do Governo, esclarecimento dos fatos levantados por Tito Franco de Almeida, além, é claro, de muito sarcasmo por parte do redator daquele jornal que criticava o Conselheiro tanto por seus serviços na política nacional, quanto pelas péssimas posturas como redator de jornal de oposição ao Governo provincial.

Como direito de resposta a acusação feita contra José Ferreira Cantão, o *Jornal do Pará* concedeu-o um pequeno espaço cujo conteúdo não consta mais que um breve relato de Ferreira Cantão argumentando que não conhecia Joaquim Pedro Pinheiro Muniz, e, portanto, não havia interesse algum de sua pessoa naquele ato de recrutamento. Nas páginas do *Jornal do Amazonas*, contudo, Tito Franco de Almeida dizia que na noite do dia 2 de dezembro de 1866 o Inspetor de Polícia, Florencio Gonçalves Campos, havia feito um cerco e invadido a casa de Joaquim Pedro Pinheiro Muniz para recrutar a força o seu filho, Bartholomeu.

Com efeito, portanto, sendo um dos braços oficiais do Governo, o *Jornal do Pará* então buscou expor aos leitores o conteúdo registrado na ocorrência do caso denunciado por Tito Franco de Almeida, seguido de esclarecimentos de mais três histórias também anteriormente denunciadas pelo Conselheiro em um “*potpourri*” impresso no domingo anterior ao dia 9 de janeiro de 1867, contendo a descrição de fatos “verdadeiros”, documentos oficiais e até mesmo declaração de testemunhas para desmentir as “calúnias” e a “falsidade” que Tito Franco de Almeida publicava em seu jornal.

Argumentava o redator do *Jornal do Pará* que o Conselheiro Tito Franco estava a proferir mentiras em todos os seus escritos, ao tentar transformar seus apadrinhados em “Mártires” na sociedade e conturbar a normalidade da vida e a política provincial. Seu objetivo com tais denúncias era tão somente chamar atenção, proteger os seus apadrinhados do recrutamento e tentar forjar uma atmosfera que pudesse vir a interferir nas eleições locais.

Segundo assim, conforme apresentado no *Jornal do Pará* na noite do dia 2 de dezembro de 1866, o Inspetor de Polícia não havia invadido casa alguma, e o que teria acontecido na realidade foi que a Inspetoria do 25º quarteirão do 1º distrito da Capital, havia prendido Joaquim Pedro Pinheiro Muniz por cometer “atentados de insultos e ameaças ao Inspetor de Quarteirão” e ao Guarda Nacional que haviam prendido seu filho, Bartholomeu, no largo de S. João por cometer infrações contra a moral pública.

Assim, conta a mensagem do jornal, depois de ter conhecimento sobre a prisão de Bartholomeu, Joaquim Pedro Pinheiro Muniz havia ido em direção ao Guarda Nacional do Batalhão de Infantaria e arrancado das mãos dele, Bartholomeu seu filho. Com isso, após alcançar o seu objetivo, e já direcionando-se para sua residência, contudo, Joaquim Pedro Pinheiro Muniz foi preso a ordem do Dr. Chefe de Polícia. Nesse sentido, a prisão de Joaquim teria se dado, deste modo, pelo fato deste sujeito ter cometido crime ao interferir no serviço policial, situação bem diferente daquela denunciada por Tito Franco de Almeida no *Jornal do Amazonas*.

Assim, continuou a contar o *Jornal do Pará*, após ser conduzido para as instalações da inspetoria, durante o encontro com as autoridades, Joaquim Pedro Pinheiro Muniz havia se mostrado bastante arrependido de seus atos e, portanto, havia sido solto por “boas maneiras” do Chefe de Polícia que o recomendou que não voltasse a repetir aqueles atos, findando-se a história denunciada. Nesse sentido, portanto, segundo os Conservadores, Tito Franco de Almeida não passava de um “Filósofo vendedor de bulas falsas” que fazia oposições desleais ao Governo ao publicar mentiras em seu jornal, acusando autoridades de cometer arbitrariedades e tentando interferir, desta forma, na normalidade local. Segundo o *Jornal do Pará*, com essas atitudes Tito Franco de Almeida buscava nada mais que tentar transformar seus apadrinhados em mártires e com isso se promover na sociedade ao descredibilizar ações de autoridades do Governo.

Situações como essas não são raras de serem encontradas nas páginas dos jornais durante o conflito platino. Por meio das publicações dos periódicos, os redatores e editores dos jornais fizeram constantes denúncias/ataques uns aos outros buscando sempre defender posições políticas e acusar imperícias envolvendo o recrutamento militar, ora para manter ou acessar novos espaços de poder na sociedade, ora para desbancar reputações e desacreditar autoridades de maneira a interferir na dinâmica da política local. O recrutamento militar para a guerra era utilizado, assim, como instrumento político; e jornais eram os veículos com os quais proprietários, redatores e editores disseminavam suas ideias junto a sociedade.

### **Considerações finais**

Os assuntos discutidos nas páginas dos jornais do Pará, ao longo da campanha militar no Prata, são inúmeros e uma pesquisa maior direcionada a esses materiais é necessária ser feita. A essa altura do texto, a pesquisa, obrigatoriamente, teve de furtrar uma série de temas e problemas discutidos nas páginas desses periódicos. Contudo, por meio da instrumentalização

das fontes acima expostas é possível se compreender importantes questões que cercaram a atividade periódica dos jornais do Pará durante o período estudado. Por meio dos materiais coligidos, é possível ter acesso não só a uma série de informações acerca dos principais acontecimentos relacionados a organização das forças militares na região, mas também a atividade informativa dos periódicos aqui estudados; estes envoltos em tramas, interesses e desinteresses cujas raízes fincam-se em desavenças e desacordos nutridos entre os grupos políticos locais.

Nada que saía nas páginas dos periódicos era desterritorializado. Tudo que está contido nessas fontes surgiu a partir das realidades, das redes, das alianças e dos desacordos nos quais os sócios redatores dos jornais estavam inseridos; seja no que concerne a criação de um ambiente positivo para a guerra e a promoção do recrutamento militar, seja no que condiz a efetivação de duras críticas à Administração do Executivo da Província.

Nesse sentido, portanto, nada estava aquém da complexidade do plenário das experiências locais. O conflito no Prata se prolongou até o ano de 1870, e ao longo deste período dois extremos do Brasil estiveram intrinsecamente conectados. Apesar da distância, a região da Amazônia teve participação ativa no fornecimento de soldados para lutar a guerra. Com efeito, no contexto em questões, dinâmicas sociais e políticas locais a todo momento se encontraram com as dinâmicas nacionais e estudos mais aprofundados em fontes como os jornais são de suma importância para se compreender muitas das realidades e tramas vividas pelos sujeitos fora dos campos de batalha durante a campanha militar que atingiu o Brasil entre os anos de 1865-1870.

### **Fontes utilizadas**

#### **Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional**

Publicador Maranhense, 16 de fevereiro de 1865. P. 1.

Publicador Maranhense, em 31 de março de 1865. P. 1.

Publicador Maranhense. 4 de abril de 1865. P. 2.

Diário de Pernambuco, em 8 de março de 1865. P. 2.

Diário de Pernambuco, 18 de abril de 1865. P. 1.

Jornal de Recife, em 24 de fevereiro de 1865. P. 1.

Jornal do Recife, 23 de março de 1865. P. 1.

Jornal do Recife, 08 de abril de 1865. P. 1.

Jornal de Recife, 17 de abril de 1865. P. 2.

Correio Paulistano, 30 de julho de 1865. P.2.

Almanaque: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) - 1868 a 1873. Edições diversas.

Jornal do Pará em 27 de novembro de 1867. P. 3.

Jornal do Pará, 9 de janeiro de 1867. P. 2.

### **Arquivo Público do Estado do Pará - APEP**

Relação Nominal dos Voluntários da Pátria, Quartel de Polícia do Pará, [?] de abril de 1865. APEP, FSPP, parte avulsa, caixa 279.

Ofício da Secretaria de Polícia da Província em 8 de setembro de 1866. APEP, FSPP, parte avulsa, caixa 282.

Ofício da Tesouraria da Fazenda em 29 de dezembro de 1866. APEP, FSPP, parte encadernada, código 1399.

Carta Lei nº 477. APEP, FSPP, parte encadernada, código 1377.

Cópia do Ofício dirigido por Pedro Leão Velozo à Contadoria da Tesouraria da Fazenda em 7 de novembro de 1866. APEP, FSPP, parte encaderna, código 1399.

Ofício nº 29 dirigido a Contadoria da Tesouraria da Fazenda da Província em 14 de novembro de 1866. APEP, FSPP, parte encaderna, código 1399.

### **Referências**

ARAÚJO, Johnny Santana de. **“Um Grande Dever Nos Chama”**: A **arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão (1865–1866)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. 2005. P. 53-74

ARAÚJO, Johnny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império. A propaganda dos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009. P. 86-153.

BARBOSA, Marialva. **O teatro do Jornalismo: polêmicas, insultos e arena política**. In: BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa no Brasil. 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P. 49-78.

CUNHA, Raimundo Cyriaco Alves da. **Paraenses Ilustres**. 3ª ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil**. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). História da Imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2012. P. 7-15.

MATOS, Ilmar. **Luzias e Saquaremas: liberdades e hierarquias**. In: O Tempo Saquarema. São Paulo: Huritec, 1987. P. 103-129.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa no Brasil**. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). História da Imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2012. P. 17-30.

**SILVA, J. L. T. da. Quando o serviço chama-nos às armas, Paraenses! Cumpri Vosso Dever! As correspondências de jornais do Pará e a mobilização para a Guerra contra o Paraguai em 1865.** Revista Outras Fronteiras. V. 9, N. 1. P. 49-68, 2022.